

## Organizações Sociais: O Porquê

Em votação histórica, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro acaba de aprovar a contratação pelo Poder Executivo Municipal de organizações sem fins lucrativos para a prestação de serviços à sociedade carioca. Tratarei neste artigo do porquê da existência das organizações sociais, além da lógica do uso deste modelo organizacional para o atendimento de direitos constitucionais dos brasileiros.

Empresas privadas com fins lucrativos tem como objetivo central maximizar o valor de seu negócio, ou seja, maximizar os seus lucros ao longo do tempo. Certamente este tipo de organização é o mais indicado para prover bens e serviços padronizados, como sabonetes, grampeadores e telefones. Afinal a fiscalização da qualidade deste tipo de bem pode ser mais facilmente auferida, vide o teste do Inmetro no Fantástico. Além disso, a maximização do lucro pelas empresas é eficiente em garantir o menor preço.

Serviços de saúde, educação e assistência social têm uma série de características que tornam a falta de compromisso com o lucro promissora. Um claro exemplo disso é o estudo de Burton Weisbrod de 1988 que mostra que asilos com fins lucrativos eram muito mais propensos a utilizar sedativos (forma mais barata de manter os idosos calmos) do que os sem fins lucrativos. O mesmo raciocínio vale para creches.

A principal peculiaridade dos serviços de saúde é a assimetria de informação. O incentivo ao lucro pode levar a decisões que não maximizem a sobrevivência do paciente, mas que a ponderem pelo custo. Afinal é difícil precisar porque alguém faleceu, será que o medicamento era de baixa qualidade, será que foi baixa dosagem, será que não se aplicou o procedimento cirúrgico adequado, ou fora uma simples fatalidade?

Uma das características peculiares dos serviços de educação é o alto custo da troca da instituição de ensino. Trocar seu filho de escola não só é difícil porque ele vai perder os amiguinhos, mas também porque escolas têm um projeto pedagógico do qual seu filho é parte. Instituições de ensino com fins lucrativos têm a tentação de trocar os professores com mais experiência e competência por outros jovens e mais em conta, com potencial prejuízo para a educação das crianças.

Em resumo, como explica Glaeser e Shleifer (1998), a ausência de fins lucrativos pode funcionar como uma vantagem competitiva no mercado, onde consumidores se preocupam com preço e qualidade. No entanto, a lógica racional para a existência de sociedades sem fins lucrativos, apenas reforça o sonho dos maravilhosos empreendedores que dedicam suas vidas ao altruísmo tocando esse tipo de instituição. Afinal, Jean-Henri Dunant criou e dedicou sua vida a Cruz Vermelha a partir de 1864 depois de testemunhar a sangrenta batalha de Solferino sem provavelmente entender essa lógica.

Por fim, é claro que a idéia de que certas atividades não devem ser providas por empresas que visam o lucro foi em boa medida aplicada há tempos no Brasil. Nossos hospitais e escolas são principalmente geridos pela administração pública direta. Mas a experiência da degradação dos serviços públicos nos mostrou que a diretização não é necessariamente o melhor caminho, talvez pelas restrições políticas, ou mesmo pelo engessamento natural do controle requerido pelo setor público. Por que, então, não aliar dois ingredientes que promovem a qualidade: (i) a competição por fundos públicos e (ii) as sociedades sem fins lucrativos? É precisamente isso que os poderes constituídos cariocas parecem ter decidido fazer.

Igor Barenboim é PhD em Economia por Harvard e subsecretário de Administração da cidade do Rio de Janeiro